



POLÍTICAS CURRICULARES, AVALIAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ÂMBITO LOCAL, NACIONAL, REGIONAL E GLOBAL

TRABALHO DOCENTE, POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÕES EXTERNAS – UMA PERSPECTIVA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

Ana Paula da Purificação de Moura

Universidade Federal do Sul da Bahia- UFSB

E-mail: ana.moura66@nova.educacao.ba.gov.br

Resumo

Enquanto coordenadora pedagógica em uma escola pública da rede estadual de educação da Bahia, acompanho de perto a influência das políticas públicas voltadas para a mensuração da aprendizagem, em específico as avaliações externas, a nível nacional, a SAEB e a SABE no âmbito da rede estadual, e os indicadores derivados do IDEB e IDEBA, respectivamente. São instrumentos concebidos para oferecer diagnósticos do sistema educacional, cujo formato adotado no país e nas rede de ensino vêm produzindo efeitos diretos sobre a organização do trabalho docente, o planejamento e principalmente as prioridades pedagógicas.

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir de 2017, para a etapa Ensino médio, redefiniu o planejamento pedagógico, estruturando-o a partir do currículo por competências, o que demanda dos projetos educativos pensar a formação integral, contemplando habilidades cognitivas, socioemocionais e culturais nas propostas de ensino, o que, em teoria, favorece uma contextualização, que Paulo Freire chama de aprendizagem significativa. No entanto, é preciso considerar as contradições do modelo proposto pela BNCC 2017, com a realidade das avaliações externas, posto que continuam priorizando conteúdos mensuráveis a partir de testes padronizados, baseados em descritores que são indicadores de níveis de aprendizagens nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

A padronização curricular e a ênfase em indicadores de desempenho é uma tendência na educação brasileira que ganha forma a partir dos anos de 1990, impulsionados por organismos internacionais, e pela necessidade de controle interno. A proposição de



exames em larga escala como o SAEB, e SABE, a definição de escalas de proficiência, e consequentemente no uso do IDEB como principal referencial de qualidade, introduz uma nova lógica de se pensar o sistema público de ensino, para Gatti, (2012) se relaciona com uma perspectiva produtivista vinculado às pressões de organismos internacionais, especialmente aqueles voltados para financiamentos de diferentes ordens ao país.”

Como coordenador, observo que tais instrumentos, embora relevantes para diagnosticar desigualdades, podem incorrer no risco de induzir práticas pedagógicas reduzidas aos itens cobrados nessas avaliações, num aligeiramento do currículo, saltando etapas importantes e necessárias aos avanços do estudantes. São contradições que nos alerta Sacristán (2000) ao apontar o risco de limitar a autonomia docente, por meio do controle.

Atuando como coordenadora pedagógica e transitando entre essas contradições, percebo o dilema vivenciado pelos professores, entre atuar em conformidade com a proposta pedagógica e/ou priorizar conteúdos pautados nas avaliações externas, que desconsideram os tempos e espaços escolares distintos, posto que a padronização, concebe todos em um mesmo ritmo e processo.

As metas institucionais estabelecidas exercem uma pressão sobre professores, coordenadores e gestores escolar, uma vez que, a qualidade da escola é medida pelo alcance das metas, muitas vezes vinculados ao próprio financiamento da escola, estabelecimento de prêmios financeiro, ranqueamento das instituições e condicionamento da progressão salarial do professor ao alcance das metas anuais. Freitas, (2012), nos alerta sobre esse tipo de política educacional, que envolve uma combinação de responsabilização, meritocracia e privatização que surtem efeitos contrários aos objetivos.

Essa é uma realidade da rede estadual de educação da Bahia, que adotou como política de avaliação da educação, além da avaliação nacional SAEB, o sistema de Avaliação Baiano-SABE, como indicador de qualidade interno que acrescenta à escola tensões por resultados que desconsideram os fatores multideterminados.



Em reuniões pedagógicas, ao analisar os resultados da escola junto aos professores, noto um processo de negociação, ajustes de programas, revisitação dos planos de ensino, buscando verificar se estes, em alguma medida, contemplam as habilidades e competências exigidas nessas avaliações. É importante ressaltar que nem sempre essas adaptações são possíveis, posto que, exigiria, em algumas situações, prescindir de etapa/conhecimentos base, para atender competências que demandam maior tempo e trabalho orientado para o atingimento do nível de compreensão aplicável ao exigido.

Outro ponto observado no meu grupo de trabalho é que a focalização das avaliações externas em Língua Portuguesa e Matemática, fragmenta o trabalho da escola e exerce uma sobrecarga sobre os professores de tais disciplinas, que são foco de formações, cobranças e exigências de adaptação curricular. Desabafos como “estou carregando a escola nas costas”, “se a escola não alcançar índices seremos culpabilizados” é recorrente. Macedo reitera que a avaliação é inerente ao fazer pedagógico, responsável por fornecer evidências sobre os processos de ensino e aprendizagem, e que, enquanto processo, não devem ser considerados apenas resultados pontuais, obtidos em situações específicas, sem considerar os processos que lhes serviram de base.

Compreendo que o meu grande desafio como coordenadora pedagógica é desenvolver ações que conciliem essas demandas, equilibrando-as entre as necessidades de aprendizagem dos estudantes. Busco na minha prática orientar as atividades Complementares – ACs, para um trabalho de formação continuada, pautadas pela reflexão do trabalho por competências e habilidades e caminhos possíveis para inserção dos descritores / habilidades da avaliações externas nos planos de curso; análises e discussões sobre os descritores que as norteiam, com o objetivo de adaptar as avaliações internas a escola, a uma aproximação possível com o formato de tais avaliações, e principalmente, incentivo à contextualização dos conteúdos, através de situações-problemas, a fim de ambientar os estudantes com o formato cobrado. São ações que visam uma aproximação mínima entre a metodologia do trabalho docente diário e a metodologia das avaliações externas.

Gatti (2012) reitera que, sem adoção de políticas de melhor qualificação profissional,



inovações relevantes na formação inicial e continuada do educadores, financiamento suficiente e articulado em infraestrutura, apoios pedagógicos nas redes, não se alcança melhoria e equidade na educação escolar.

Portanto, embora relevantes, as avaliações externas, enquanto política educacional que visa produzir indicadores de qualidade da educação nacional, precisam ser vista do ponto de vista crítico, do lugar de partida de cada instituição, buscando integra-las às estratégias pedagógicas que a escola já desenvolve. Freire (1996) informa que ensinar exige criticidade para resistir aos irracionalismos, gerados ou reforçados pelo excesso de “racionalismo” característico de nosso tempo, altamente tecnologicizado.

Palavras-chave: Avaliações externas. Trabalho docente. Políticas educacionais.

Referências

- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em 07 de ago. 2025.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Os Reformadores Empresariais Da Educação: Da Desmoralização Do Magistério À Destruição Do Sistema Público De Educação. São Paulo: Xamã, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 de ago. 2025
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf> Acesso em: 08 de ago. 2025
- GATTI, Bernardete A; Políticas de avaliação em larga escala e a questão da inovação educacional. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande, MS, n. 33, p. 29-37, jan./jul. 2012
- MACEDO, Elizabeth. *Currículo: política, cultura e poder*. Petrópolis: Vozes, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/7zM7wf5Zw6wxrK8LTbwpWJq/?format=pdf> Acesso em: 09 de ago. 2025.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

